



Breve História da Liturgia Anglicana (de 1549 a 1995)

Dom Sumio Takatsu*

Há algumas considerações preliminares que não devem ser ignoradas antes de tratarmos da história da liturgia anglicana: a consideração da liturgia anglicana é a consideração de nós mesmos. Trata-se de quem somos numa dimensão mais ampla no espaço e no tempo.

A primeira resposta é que somos um segmento do povo de Deus. Não nos consideramos "o" povo único de Deus. Deus revelado em Jesus Cristo no poder do Espírito Santo tem o seu povo e somos um segmento desse povo espalhado pelo mundo de Deus. Esse povo que somos se identifica pela sua história, pela sua mensagem, fé, esperança e organização em relação ao mundo.

Na dimensão histórica, somos segmento daquele povo que surgiu como o povo da nova Criação e novo Israel, em continuidade com o povo do Antigo Testamento, em virtude da ressurreição de Jesus Cristo. Este povo, a Igreja, foi às ilhas britânicas. Na época da Reforma, adotou seus princípios básicos, sem abandonar o senso da continuidade. Tanto assim que a Comunhão que se denomina de anglicana tem afirmado que ela é católica reformada e reformada católica.

No que tange à sua mensagem e liturgia, ela tem se referido ao *Livro de Oração Comum*. Com efeito, é no *Livro de Oração Comum* que se encontra o padrão de ensino, de mensagem, de culto, de organização e disciplina. A liturgia abarca todas essas dimensões da Igreja. A própria palavra liturgia indica a presença desses elementos, pois "liturgia" significa a ação do povo. Na verdade, na liturgia o povo se reúne para a ação, a qual consistem na celebração dos atos de Deus para a salvação da humanidade. O nascimento da Igreja está estreitamente ligado com essa salvação. E a liturgia compreende a mensagem básica: o Evangelho. Ela é uma maneira anglicana de ler e expor as Escrituras. Também ela compreende o ensino e a organização da Igreja e sua disciplina. Quanto ao ensino, podem-se enumerar os Credos e catecismo. O

* Bispo da IEAB e membro da equipe de assessores teológicos do CEA.



ensino da Igreja inspirado nas Escrituras sobre o batismo, matrimônio, morte, doença, etc., estão nos Ritos.

É claro que o *Livro de Oração Comum* não contém uma história da Igreja, nem as disciplinas específicas. Mas o LOC compreende a história do anglicanismo, resumidamente no prefácio. As rubricas falam da organização da Igreja. A leitura das Escrituras em relação ao contexto em que a igreja vive, convida à reflexão crítica. Do mesmo modo, a interpretação do Evangelho e as intercessões pelo mundo levam a Igreja a refletir sobre sua mensagem, seu relacionamento com Deus e com o mundo.

No século XVI, a Igreja da Inglaterra passou por uma reforma e essa reforma nos legou o *Livro de Oração Comum* de 1549. A reforma da Liturgia foi a reforma da Igreja. Os reformadores da igreja da Inglaterra adotaram o princípio de que a Igreja é o povo de Deus com três ordens de pessoas chamadas e ordenadas para servir à Igreja e ao mundo: bispos, presbíteros e diáconos. Por isso, eles visaram a participação de todos - clérigos e leigos - na atividade básica da Igreja por meio da reforma da Liturgia. Esse povo deve viver do ensino inspirado pelas Escrituras e livres de deturpações religiosas. Que fizeram, então, para que a Igreja toda viesse a ser participante na liturgia?

Havia muitos empecilhos na prática da Igreja. Por isso, conforme o prefácio do **primeiro Livro de Oração Comum**, da autoria de Thomas Cranmer, era preciso orientar a reforma da Igreja com três princípios básicos. Estes eram:

- a) supressão das coisas consideradas modificações viciadas e excessos medievais das tradições litúrgicas antigas;
- b) promoção da leitura das Escrituras sagradas no vernáculo;
- c) Colocar nas mãos do povo, de modo acessível, todos os ritos da Igreja num só livro.

Havia muitos livros feitos em função dos que lideravam o culto. O povo que assistia às celebrações litúrgicas não tinha acesso a tais livros. Aqui um breve panorama do desenvolvimento litúrgico nos mostra a necessidade de reforma que os reformadores enfrentaram. E o surgimento de um livro único e comunitário nos mostra o tipo de reforma adotada.



Na Igreja Primitiva havia um só livro, a Bíblia. As orações eram livremente elaboradas em nível local, embora houvesse um padrão de pensamento e aspirações e esse padrão estivesse presente nas orações.

Não havia, também, um hinário oficial, senão o Saltério. No início do século III começaram a aparecer manuais breves conhecidos como "Ofícios da Igreja", que proporcionaram orientações e formas sugeridas de orações para as assembléias litúrgicas. O exemplo mais notável desses manuais é a **Tradição Apostólica** de Hipólito (cerca de 200 A.D). A partir do século IV, com o fim da perseguição e oficialização da Igreja, os textos litúrgicos em uso nas grandes sés vieram a ser gradualmente oficializados. Essas formas litúrgicas tornaram-se fixas em sua estrutura essencial por volta do século VI. Na Idade Média foram acrescentadas modificações nos seus pormenores. Com tantos acréscimos e orientações pormenorizadas, foi preciso reunir num só livro chamado "Sacramentário", tudo que um celebrante (presbítero ou bispo) deveria orar. Já os cantores tinham de ser munidos com antifonários, responsórios, graduais, saltérios e hinos. Os leitores, por sua vez, tinham á sua disposição os lecionários, epistolários e evangeliários. Para o bom andamento das cerimônias era preciso ter ordinário ou diretório.

Também, por volta do século IX, os párocos sem assistentes e os monges viajantes sentiram a necessidade de agrupar tudo isso. Assim, tudo que era necessário para a celebração da eucaristia foi agrupado num **Missal** e os ofícios diários (as Horas) em **Breviários** em três ou quatro volumes. Outros ofícios ocasionais foram agrupados num **Ritual**, e os ofícios reservados aos bispos num **Pontifical**.

Diante dessa situação, Thomas Cranmer e outros viam-se numa situação em que a reforma litúrgica era necessária. Coube a Cranmer a tarefa da elaboração de um Livro Comum. ele simplificou as liturgias e ofícios existentes e os reuniu num só livro em inglês e não mais em latim. Para tanto, seguiu o princípio da Reforma protestante e procurou o modelo da Igreja Primitiva disponível no seu tempo. O Arcebispo colocou nas mãos de todo o povo da Igreja, clérigos e leigos, o mesmo e um só livro. É isso que é traduzido pela palavra *Comum*, ou comunitária, do *Livro de Oração Comum*. A oração é de todos. Isto não significa que todos na igreja exerçam as mesmas funções. Há autorizações para assumir funções oficiais.

Por outro lado, a Igreja da Inglaterra não desejou voltar à época em que, na Igreja, havia um só livro, a Bíblia do Antigo Testamento. Ela aceitou certo desenvolvimento da história da Igreja e de sua liturgia. Para tanto, olhou para



a Igreja dos primeiros séculos conforme os recursos disponíveis em sua época e não deixou de acolher as experiências da reforma no continente europeu.

A reforma teve seus passos. Alguns eventos políticos e culturais favoreceram a sua aceleração. Por exemplo, a busca de documentos originais, a aplicação de princípios críticos, especialmente a filologia na leitura dos documentos, incentivou a nova tradução da Bíblia. A tradução do Novo Testamento por William Tyndale em 1524 teve papel importante, porém não sem risco de vida. Quando essa versão foi impressa na Alemanha, o rei Henrique VIII e o Cardeal Wolsey tentaram tirar-lhe a vida. Tyndale se refugiou na Europa continental, mas em 1536 foi executado. Porém, após um ano de sua morte, a versão em inglês traduzida por esse mártir apareceu nas leituras das Epístolas e Evangelho na diocese de York, na Inglaterra.

Antes de Tyndale, John Wycliff também havia empreendido uma tradução da Bíblia para o inglês. Pela primeira vez, este precursor da reforma trouxe ao mundo inglês a Bíblia completa (1382). Até então, havia apenas a tradução do Saltério e do Decálogo feita pelo bispo Egberto, a pedido do Rei Alfredo (848-901) e dos Evangelhos (feita pelo Venerável Beda, em 735).

Como todos esses homens, Tyndale começou sua tradução com o propósito de educar o povo da Igreja e iniciar alguma reforma na Igreja. Ele foi capelão de uma família e ali percebeu a necessidade da versão da Bíblia na língua do povo. O latim não era a língua do povo. Para fazer sua tradução, ele recorreu ao método de comparação das versões disponíveis. Conhecia sete línguas e sua tradução foi excelente, tanto que oitenta por cento de sua obra está na versão do Rei Tiago (*King James Version*, de 1611). Este pequeno esboço histórico nos mostra o desejo por parte de alguns segmentos da Igreja no período da pré-reforma, de colocar as partes mais usadas da liturgia na linguagem do povo.

Entre Wycliff, Tyndale e a *King James Version*, surgiu um instrumento poderoso na difusão das traduções: a imprensa.

Além desses fatores, o espírito renascentista estava soprando não só no continente europeu, mas também na Inglaterra. A restauração da antiguidade greco-romana, a busca dos documentos originais e os estudos filológicos estavam em voga nos grandes centros culturais da época.

O espírito de independência nacional também favoreceu o movimento da reforma na Igreja. O nacionalismo de então era uma tentativa de se libertar do



poder papal que fazia nomeações a partir do Vaticano e interferia nos Estados e nas políticas nacionais.

Entre a publicação da Bíblia de Tyndale (1535) até a publicação do 1o. *Livro de Oração Comum*, houve pequenos acontecimentos que abriram o caminho para o uso do vernáculo na liturgia. Em 1538, Thomas Cromwell, vice-gerente do rei, favoreceu a leitura das Epístolas e dos Evangelhos em inglês sem alarde. No ano seguinte, a coroa publicou a Grande Bíblia baseada na versão de Tyndale e de Miles Coverdale. Mas a coroa não sabia que essa versão se baseava em grande parte no trabalho de Tyndale. É uma das ironias históricas.

Em 1544, o imperador Carlos V fez a intermediação entre a Inglaterra e a França para chegar ao fim das hostilidades. Isso levou Henrique VIII a fazer a grande procissão com litania. As epístolas e os evangelhos em inglês, somados à litania no vernáculo, vieram fortalecer o uso do inglês na liturgia. Esse mesmo incidente político abriu as portas para que muitos ilustres teólogos protestantes buscassem refúgio na Inglaterra.

O Livro de Oração Comum de 1549

O título completo é *O Livro de Oração Comum e ministração dos Sacramentos, outros ritos e Cerimônias da Igreja conforme o uso da Igreja da Inglaterra*. O contexto histórico em que se aprovou o 1º LOC foi a morte do rei Henrique VIII e ascensão de Eduardo VI em 1547. Por isso esse livro é conhecido também como "Livro eduardiano".

A liturgia da **Oração Matutina e Vespertina** começava com a Oração Dominical (Pai Nosso) e versículos. A primeira leitura na Oração Matutina era seguida por *Te Deum* ou *Benedictus Omnia opera*. Este cântico é composto de muitas partes da Bíblia, principalmente dos Salmos. A segunda leitura era seguida por *Benedictus*. Mas na Oração Vespertina, o *Magnificat* e o *Nunc Dimittis* substituíam os dois cânticos acima mencionados. O Credo apostólico constava apenas na rubrica. O Credo Atanasiano era recitado no Natal, Epifania, Páscoa, Ascensão, Pentecostes e Trindade.

Essas duas orações foram extraídas dos Breviários medievais e compactadas. Os Breviários continham as sete horas canônicas. Essas horas têm, em parte, inspiração bíblica e a influência romana da divisão do tempo: prima, tertia, sexta e nona (diurno) e quatro vigílias noturnas. A liturgia das



horas consistia basicamente na leitura dos Salmos e de trechos bíblicos. O que Thomas Cranmer e sua comissão fizeram consistiu em estender a leitura da Bíblia como um todo para todo o povo. E fizeram essa reforma com base nos Pais da Igreja.

Nas leituras das orações diárias, Cranmer adotou um lecionário baseado no ano civil. A cada quatro meses era lido todo o Novo Testamento, com exceção do Apocalipse. Durante todo o ano o Antigo Testamento era lido, com determinadas exceções.

O título da **Eucaristia** era *A Ceia do Senhor ou Santa Comunhão, habitualmente denominada de Missa*. Na época os títulos eram longos. A expressão "Ceia do Senhor" aponta para uma das fontes que inspiraram o Livro de Oração Comum de 1549: a Ordem da Eucaristia, do Arcebispo luterano de Colônia, Hermann. Por outro lado, Cranmer também fez uso do Rito de Salisbury (Sarum). Para o lecionário da Eucaristia foram designados os próprios para os domingos, as Festas de Nosso Senhor Jesus Cristo, as festas dos evangelistas e apóstolos, Santo Estevão, Santos Inocentes, Santa Maria Madalena, São Miguel e todos os anjos e Todos os Santos. A ordem (ritual) constava dos seguintes itens:

- Oração Dominical (Pai Nosso)
- Coleta pela Pureza
- Intróito - Salmo
- Kyrie Eleison*
- Gloria in Excelsis*
- Coleta do dia
- Orações pelo Rei
- Epístola
- Evangelho
- Credo Niceno
- Sermão ou exortação
- Ofertório
- Sursum Corda* ("Elevai os corações... ao Senhor os elevamos")
- Sanctus*
- Cânion (começava com a oração por toda a Igreja de Cristo, terminando com Pai Nosso)
- Saudação da Paz
- Convite ("Vós que verdadeiramente...")
- Confissão Geral
- Absolvição



Comunhão
Pós-Comunhão
Paz de Deus

A invocação do Espírito Santo (*epíclese*), que não existia no Cânon Medieval, foi incluída na Oração Eucarística. Foi acrescentada à *epíclese* a expressão "com teu Espírito Santo e com tua Palavra". Na Idade Média, no Ocidente, as palavras do Senhor "este é o meu Corpo..." foram ressaltadas. No Oriente, a invocação do Espírito Santo recebeu destaque. Cranmer e seus colegas fizeram uma tentativa de sintetizar as tradições orientais e ocidentais de "dispersar" os momentos de consagração. A piedade eucarística centrada na elevação da hóstia, que começou no século XIII foi deslocada para a piedade da recepção da comunhão. O conceito de sacrifício foi reformado no sentido de ressaltar o "uma vez para sempre, um inteiro, perfeito e suficiente sacrifício, oblação e satisfação pelos pecados do mundo" e "nos mandou continuar a perpétua memória de sua preciosa morte e sacrifício até a sua segunda vinda"... "aqui oferecemos e apresentamos a ti, ó Senhor, nossos corpos e almas em sacrifício racional, vivo e santo...", "... recebamos dignamente o preciosíssimo corpo e sangue de Cristo", "...feitos um só corpo com Ele, para que Ele habite em nós e nós nele". Aqui está a teologia eucarística anglicana clássica. Nas rubricas, a orientação era de ministrar a comunhão nas duas espécies. Ainda no que se refere à *epíclese*, é interessante observar que o Rito de Sarum começava com o *Veni Creator Spiritus*. Só que essa invocação constava na preparação do celebrante e não de todo o povo.

Quanto ao **Batismo**, a ênfase do aspecto público e comunitário foi destacada no prefácio do Rito Batismal. Em parte, o rito foi influenciado pela Igreja alemã. O uso do sinal da Cruz no Batismo advogado por São Tomás de Aquino foi incluído.. A ênfase do batismo infantil veio da Alemanha. A exortação (uma espécie de introdução) baseava-se em João 3 (batismo e novo nascimento como dons do Espírito Santo pelo qual somos feitos herdeiros do Reino de Deus e incorporados no corpo místico de Cristo).

A **Confirmação** seguiu o padrão dos Irmãos Boêmios, da Igreja alemã e suíça, relacionando a catequese com a confirmação dos votos batismais. A cerimônia da unção passou para a imposição das mãos. Em relação ao rito medieval e continental, a confirmação ficou centrada muito mais no bispo. Hoje, em muitos lugares do mundo anglicano, o contato de cada eclesiano (a) com seu bispo se dá quase que exclusivamente na Confirmação.



O Rito de **Casamento** teve como suas fontes os ritos de York, Sarum e do Arcebispo Hermann. Foi elaborado para ser realizado na Eucaristia pública.

A visita dos enfermos, Unção e Comunhão dos enfermos avançou em relação ao Rito de Sarum. O foco foi deslocado dos moribundos para os enfermos, visando a saúde. Foi permitida a reserva do sacramento para a comunhão dos enfermos.

Há muitos outros aspectos desse Livro, mas esses que apontamos bastam para o momento. É importante salientar que esse Livro não teve recepção total. Foi rejeitado pelos tradicionalistas e também por alguns reformadores mais ligados ao continente europeu.

2º Livro de Oração Comum (1552)

O segundo LOC surgiu para satisfazer os mais conservadores de linha medieval e os mais avançados no movimento da reforma. No que tange à inclinação medieval, destaca-se a leitura da Epístola por um presbítero e a posição ajoelhada para a recepção da comunhão. Houve também a inclusão de Dias Santos (em negrito, não em vermelho).

Foi incluída a resposta ao Decálogo ("*Senhor, tem misericórdia de nós e inclina os nossos corações a guardar esta lei*") e excluído o *Qui Venit* ("*Bendito Aquele que vem em nome do Senhor*"). Na Oração Eucarística, a oblação e epíclese foram excluídas. Assim, logo após a narrativa da Instituição foi colocada a *Oração de Humilde Acesso* ("*Não ousamos vir à tua mesa, ó boníssimo Senhor, confiados em nossa própria retidão...*")

No Ofício de Visita aos Enfermos foi omitido o dispositivo para unção e comunhão com os elementos reservados. No Ofício de Sepultamento, a oração por aqueles que partiram foi reduzida. Não houve prescrição para a celebração da Eucaristia no sepultamento.

O *Gloria in Excelsis* foi deslocado para o fim do ofício e a teologia eucarística tendeu mais para o lado de Zwínglio, reduzindo a Eucaristia à memória.

Esse livro esteve em uso por pouco tempo, menos de um ano. Com a morte de Eduardo VI, Maria se tornou a rainha e restaurou o Rito de Sarum. Porém, em 1559, Elizabeth I restaurou o Livro de 1552 com algumas revisões.



Nesse período, o LOC deu ênfase à edificação da Igreja no saber e na estética e procurou caminhar entre dois extremos: o conservadorismo medieval e a renovação puritana; entre os papistas e os protestantes de Genebra.

A música foi incentivada. Thomas Tallis compôs muitos hinos litúrgicos. Foram introduzidas Antífonas entre as leituras. O Credo, o Decálogo e a Oração Dominical substituíram alguns ícones. Foi a época de Shakespeare na literatura inglesa e de Richard Hooker na Igreja.

Após a morte de Elizabeth I em 1603 houve outra revisão (1604). Esse livro manteve a Rubrica sobre a ornamentação, isto é, a prescrição das vestes e ornamentos litúrgicos e recebeu ataque dos puritanos devido ao uso da sobrepeliz. A polêmica girou não apenas em torno dos ornamentos, mas também dos gestos litúrgicos (genuflexões, curvaturas e o sinal da cruz no batismo).

Uma revisão foi feita na Escócia em 1637. Foi um excelente livro. Muito do primeiro livro foi restaurado. Na Santa Comunhão, a epíclase foi restaurada após o memorial e a oblação, seguindo a posição oriental antioquena. Mas sua recepção também não foi fácil. Na verdade, não houve participação da Igreja na sua elaboração. Porém, o significado da contribuição desse livro veio à Comunhão Anglicana por meio da revisão americana, que representou seu primeiro livro, em 1789.

O Livro de Oração Comum revisado em 1662

De 1643 a 1660 houve a guerra civil e abolição da monarquia e do episcopado na Inglaterra. Foi a época do Parlamento dominado por Oliver Cromwell e o puritanismo. A ditadura de Cromwell levou posteriormente à restauração da monarquia e do episcopado. A partir daí houve a reintrodução do Livro de Oração Comum e a sexta revisão (1662), uma espécie de "via-média", em que se frustraram as expectativas da Igreja Alta e do presbiterianismo.

Entre várias alterações e adendos, alguns merecem destaque. Na litania, a súplica pelos "bispos, pastores e ministros" foi substituída por "bispos, presbíteros e diáconos". A absolvição é pronunciada por um "presbítero" e não por um "ministro". A substituição da litania por uma oração só e longa, que era o desejo dos puritanos, foi rejeitada. Esses também não aprovaram o resposno nas litanias.



Na Eucaristia, à "Oração pela Igreja Militante" foi acrescentada a comemoração dos fiéis que partiram. A rubrica, no LOC de 1552, que explicava o sentido de não se ajoelhar na recepção da comunhão para assegurar que não se adora a presença corporal do corpo natural de carne e sangue de Cristo permaneceu, para excluir a doutrina da transubstanciação. Isto não impedia ninguém de ajoelhar-se, pois o objetivo da rubrica era apenas combater essa doutrina.

O termo "congregação" foi substituído por "Igreja". Tudo isso nos mostra a restauração e uma Igreja que foi banida sob o poder de Oliver Cromwell e dos puritanos. Foi em 1662 que a lei canônica foi estabelecida no sentido de que nenhum ministro poderia celebrar na Igreja da Inglaterra sem a ordenação episcopal. Até então, os ministros ordenados presbiteralmente no continente europeu podiam celebrar sem uma reordenação. Em consequência dessa lei, 1760 ministros e 149 clérigos da Igreja que não se conformaram com ela perderam seus postos. Esses ministros tinham liderança sobre um considerável número de pessoas.

Na avaliação de Jaspers¹, essa lei de 1662 foi uma opção mais pela uniformidade do que pela inclusividade. Até 1689, quando foi promulgada a *Carta de Tolerância*, os dissidentes não puderam organizar suas igrejas. Entre eles havia muitos eruditos e sua saída foi uma perda para a Igreja da Inglaterra.

Por outro lado, alguns bispos trabalharam pela inclusão dos dissidentes. Cumpriram a lei com a reordenação, mas tentaram não ofender a consciência deles. Um levantamento sobre esse período mostra também, que a situação dos dissidentes foi melhor do que a dos dissidentes sob o poder dos puritanos.

Houve também, dissidências não por questões doutrinárias no sentido estrito, mas por questões da interpretação do Direito Divino dos Reis. Quando o rei Tiago II foi destronado e William e Mary foram coroados - após a assinatura da Tolerância - o Arcebispo Sancroft de Cantuária, e outros não puderam por razões de consciência, jurar fidelidade a outro monarca enquanto vivesse aquele a quem juraram fidelidade anteriormente. Eles formaram o grupo que se denominou de "non-jurors" ou "jacobitas" (por sua fidelidade a Tiago II). Um deles, bispo de Manchester, trabalhou como relojoeiro e cuidou de uma pequena paróquia de trinta membros. Eles tiveram ligação com o episcopado escocês. Entre eles havia muitos eruditos em liturgia e sua

¹JASPER, R.C.D. The Development of the Anglican Liturgy 1662-1980.



contribuição não pode ser ignorada. Os “non-jurors” voltaram suas atenções para a liturgia oriental, especialmente da família antioquena. A estrutura atual da Oração Eucarística (louvor - ação de graças que culmina na narrativa da instituição seguida de memorial, oblação e epíclise) se deve a eles. Esse padrão chegou a nós no Brasil por meio da Igreja dos Estados Unidos.

No âmbito da Igreja da Inglaterra, no século XVIII, a influência da liturgia dos “non-jurors” se fez sentir em John Wesley. Conta que ele recebeu influência desse grupo e de teólogos como Jeremy Taylor e Lancelot Andrews, por parte do pai, da mãe e dos puritanos.

A revisão americana de 1789

A independência dos Estados Unidos em 4 de julho de 1776 levou a igreja americana a proceder a revisão do seu livro, pois, entre outras coisas, não podiam mais orar pelo rei, visto que adotaram o sistema presidencial. A Igreja também teve de adotar outro nome, que a distinguisse da Igreja Católica Romana mas que, ao mesmo tempo, afirmasse o sistema episcopal de governo. Assim, surgiu a primeira Província fora das Ilhas britânicas, com o nome de Igreja Episcopal Protestante.

A revisão de 1789 passou por um processo conciliatório de treze anos. Primeiro, a diocese de Connecticut elegeu o bispo Samuel Seabury e o enviou à Inglaterra para sua sacração. Por questões da relação Igreja-Estado, Seabury não foi sagrado lá. Sua sacração foi feita pelos bispos “non-jurors” da Escócia, e Seabury voltou à América com o LOC escocês. Enquanto isso, as dioceses do sul de Connecticut elaboraram um livro baseado na versão de 1662, porém adaptado à situação americana. Houve quem não aceitasse o livro porque não foi aprovado por um sínodo.

Na Convenção Geral de 1789, se reuniram como representante paroquiais, gente de posições diferentes na Revolução, como o primeiro presidente do Congresso, John Jay, e o líder da revolução, John Page. Do outro lado, o próprio Seabury, que era partidário do rei, juntamente com outros da mesma opinião. Após muitos debates, os estudiosos da época mostraram aos sinodais a importância da linha escocesa-oriental na Oração Eucarística. Assim, a revisão do Livro foi feita de acordo com esse padrão litúrgico. Foi esse o primeiro livro usado aqui na Igreja Episcopal do Brasil, até 1928.



Alguns traços da revisão de 1928

Conta que a Convenção Geral de 1892 estava convicta de que o *Livro de Oração Comum* daquela época duraria por muitos séculos. Porém, em 1903, começou-se a ensaiar uma nova era de mobilidade com a indústria automobilística e aeronáutica. Assim, em 1913, houve a proposta da diocese da Califórnia para se estabelecer uma comissão que estudasse a revisão do Livro. Com a mudança do cenário mundial, a eclosão de conflitos entre as nações e a primeira Guerra Mundial, a atenção do povo norte-americano e da igreja foi transferida da Igreja para o cenário político. Isso atrasou o trabalho da comissão. Houve até considerável esforço de alguns para adiar a revisão. Mas também houve movimentos no sentido de ampliar o escopo da revisão, incluindo as questões sociais e políticas, até então não consideradas no *Livro de Oração Comum*. A revisão foi demorada, pois a comissão teve que levar em consideração as preocupações de várias tendências na Igreja e o contexto em que a Igreja vivia. A revisão foi concluída em 1928.

Houve **mudanças no lecionário**. Nas Orações diárias (Matutina e Vespertina) entrou uma nova rubrica, tornando opcional a Confissão e Absolvição. Uma revisão mais adequada foi feita na oração pelo Presidente da República, no sentido de ressaltar sua responsabilidade num mundo em transição. Essa oração também passou a ser opcional.

As orações após a terceira coleta (do dia, pela paz e pela graça) perderam sua verbosidade e ganharam uma dimensão mais ampla em tópicos. Quanto às Coletas, Epístolas e Evangelho, houve aditamento de próprios para o Casamento e Sepultamento, Dia de um Santo e Dia da Independência.

Na **Santa Comunhão**, os Dez Mandamentos deviam ser lidos uma vez por mês. A Intercessão pela Igreja Militante, foi alterada por "Toda a Igreja", e incluída uma cláusula sobre o contínuo crescimento daqueles que já partiram. A "Mesa" foi alterada para "Santa Mesa". A Oração Dominical foi acrescentada à Oração Eucarística.

No que diz respeito ao **Batismo**, os três ritos de 1662 foram substituídos por um só rito, dando maior ênfase na ressurreição e suas implicações e menor ênfase no pecado original. Leituras alternativas do Evangelho e bênção alternativa também foram acrescentadas.



No **Santo Matrimônio**, a igualdade entre o homem e a mulher foi estabelecida no sentido de excluir dos votos matrimônios por parte da noiva, a promessa de “obedecer ao marido”. Foi acrescentada a bênção das alianças e a oração pela descendência do casal, se for do agrado de Deus, e pela educação dos filhos. Na bênção nupcial foi incluída uma cláusula - “que se amem, honrem e cuidem mutuamente”.

Foi elaborado um novo **Rito de visita aos enfermos**, com a opção de usar o óleo e a imposição das mãos. Também foi acrescentada a oração por aqueles que estavam prestes a expirar.

A Conferência de Lambeth de 1920 havia estabelecido (Resoluções 36 e 37) que, para a unidade da Comunhão Anglicana, não é necessária a uniformidade litúrgica e que cada bispo diocesano tem o *jus liturgicum*, respeitadas as autoridades superiores do Sínodo Geral de cada Província. A Igreja da Inglaterra levou ao Sínodo Geral uma proposta de revisão em 1928, que foi aprovada, mas derrubada pelo Parlamento.

Além disso, às vésperas da Conferência de Lambeth de 1920, estavam ocorrendo reformas litúrgicas no terceiro mundo, principalmente na Índia e África do Sul. Um dos signatários do “Apelo à Unidade Cristã”, manifesto do ecumenismo de Lambeth-1920 foi, também um dos elaboradores da nova liturgia na Índia e um dos organizadores da Igreja do Sul da Índia, bispo Palmer, de Bombaim.

A revisão de 1976

Entre 1928 e 1976, o mundo passou por muitas mudanças. No mundo externo, a chegada do homem à lua e a comunicação via-satélite vieram a ser marcos dessas alterações. Internamente, nas Igrejas, os movimentos litúrgico, bíblico e ecumênico alargaram os horizontes em relação ao passado, em termos de pesquisa, e para o futuro, em termos de missão. Em consequência disso, aumentou a participação leiga na Igreja.

Em 1964, a Convenção Geral constituiu uma Comissão de Revisão, atendendo a crescente desejo da Igreja de revisar seu *Livro de Oração Comum*. Em 1967, o relatório da Comissão ressaltou pontos que não podemos ignorar: “O Livro vigente não atende às necessidades pastorais e espirituais da atual geração... as rubricas do Livro de 1928 são inconsistentes e necessitam reformas... o desejo crescente de recorrer às novas traduções da Bíblia... os



estudos nas áreas da Bíblia e da Liturgia em muitas igrejas, alargaram e aprofundaram o conhecimento sobre os princípios e o significado da adoração”.

O mesmo relatório salientou que a revisão do Livro de Oração Comum é um processo difícil e delicado, exige profundidade espiritual, equilíbrio teológico, beleza literária e praticabilidade pastoral, e requer o melhor conhecimento, talento e experiência disponíveis na Igreja.

Foram nomeados cerca de 300 assessores para auxiliar a Comissão permanente, e diversas sub-comissões para as tarefas específicas. Para essa reforma litúrgica foram levados em consideração as pesquisas de Gregore Dix (*The Shape of the Liturgy*, 1945), o Relatório de Lambeth 1958 e as obras de liturgistas da época. Conforme Dix, o ordo, o padrão da Liturgia Eucarística consistia de Ofertório, Ação de Graças, Fração do Pão e Comunhão. Assim, a Fração voltou a ser parte da ação e oração eucarística. Não se parte o pão quando se diz “Jesus partiu o pão”, mas num momento específico. Também foi Dix quem insistiu que a posição do celebrante é de frente para o povo.

Em 1967, a Convenção Geral aprovou o uso experimental da Liturgia da Santa Comunhão, elaborada pela Comissão. Em 1970 colheram-se as opiniões sobre o rito experimental e a Convenção desse ano aprovou a publicação da mesma para fins experimentais em toda a Igreja. Em 1873, a Convenção aprovou a publicação de todos os ritos do que seria o novo *Livro de Oração Comum* da ECUSA. Com essa publicação, os movimentos conservadores e reacionários começaram a se manifestar. Não faltaram debates. Entretanto, a população eclesial aprovou o uso do novo Livro. Na Convenção de 1976, todas as questões levantadas foram respondidas pela Comissão e pelos assessores e delegados favoráveis ao novo LOC.

Esse é o livro que adotamos até nossa nova revisão, como sendo o Livro padrão. Entre vários pontos positivos, recebeu destaque o lugar do Espírito Santo e do batismo na liturgia e na vida e missão da Igreja.

A reforma ou revisão da liturgia é um processo contínuo. Desde 1549 tem havido reformas ou revisões. Houve longos períodos sem revisões e houve período sem que várias revisões ocorreram dentro de um breve espaço de tempo. Atualmente existe a Consulta Anglicana Internacional de Liturgia como parte do Conselho Consultivo Anglicano. A reunião de 1995 em Dublin preocupou-se com a Liturgia da Eucaristia. O trabalho central da consulta foi baseado no estudo do professor Thomas Julian Talley (Professor Emérito do Seminário Geral de Nova York) sobre orações eucarísticas no passado,



presente e futuro. Em torno desse tema central houve outros trabalhos em questões específicas, como:

Questões em torno do Ministério e Eucaristia

Consagração eucarística, papel da Narrativa da Instituição na Oração eucarística e a Consagração suplementária (quando faltar elementos consagrados)

Epíclese e a função do Espírito Santo na Eucaristia

Estrutura da Eucaristia

Cerimônia e gestos rituais na Eucaristia

Questões relativas ao ecumenismo e a Eucaristia

Penitência e Eucaristia

O espaço arquitetônico da Eucaristia

Missão e Liturgia

Algumas observações sobre essa Consulta:

Dimensão penitencial ou a Reconciliação e a Eucaristia

Não faltam artigos sobre o lugar da confissão e absolvição. Onde colocá-las? São mesmo necessárias confissões e absolvições formais?

Uma das diferenças principais entre as liturgias do século XVI e as contemporâneas no anglicanismo é o tratamento que se dá à dimensão penitencial. O século XVI estava marcado com a obsessão do pecado e culpa. Nisto houve adaptação litúrgica às necessidades da época. O problema é se, de fato, houve um mergulho na cultura da época e o destaque do poder transformador em termos litúrgicos. Os reformadores deram muita importância à Palavra na educação do povo e pouca importância às ações-sinais.

Pode-se dizer que não há celebração sem os atos de reconciliação. A questão é se é possível conceber os elementos de reconciliação em forma dispersa, e se a Eucaristia como um todo é ato de reconciliação, pois na versão de Mateus, o sangue derramado de Cristo é para a remissão dos pecados. Também, a saudação da paz é sinal de reconciliação. O partir do Pão é um sinal de reconciliação. Na Oração A, por exemplo, há referência ao reconhecimento de nossos pecados. na oração B, *“mesmo quando, por nossa desobediência, nos afastamos tão longe de ti, não nos abandonaste ao poder da morte”*, temos a dimensão penitencial e reconciliação. Então, a pergunta é se, em todas as celebrações, é preciso que haja um momento formal de confissão e absolvição? Também, a localização da confissão e absolvição na



liturgia é importante. Por outro lado, deve-se perguntar quanto à frequência do uso formal de confissão e absolvição. Esse assunto está na agenda do Anglicanismo.

Estrutura da Eucaristia

Donald Dowling levanta a questão da estrutura. Por estrutura entende-se não apenas o arranjo dos textos, mas um conjunto multi-dimensional que compreende movimento, música, símbolos e ações.

Junto com a questão dos elementos de reconciliação, ele indaga se o Credo deve ser dito em todas as celebrações. Baseando-se na estrutura da Anáfora com sendo louvor, alão de graças e súplica, (padrão tripartite exposto e defendido por Thomas Tally), ele pergunta se não poderia a intercessão distribuída entre onde se encontra atualmente e na seção da súplica após anamnese e oblação, onde passa a ser a súplica por meio da invocação do Espírito Santo. Isso faz, também parte da agenda para as revisões futuras.

A epíclese e a função do Espírito Santo na Oração Eucarística

David Kennedy levanta a questão relativa ao consenso anglicano sobre a epíclese. Há orações em que a epíclese precede á narrativa da Instituição e outras que bifurcam a epíclese em antes (em relação aos elementos do pão e vinho) e depois (sobre o povo). Ele também indaga se, no futuro, não haveria um consenso sobre a invocação do Espírito Santo sobre toda a celebração. Então deixaria de haver os momentos localizados de invocação.

Dawling não deixa de trazer à mesa as preocupações opostas sobre a invocação do Espírito Santo sobre os elementos: 1) a invocação do Espírito Santo pressupõe falso dualismo entre coisas santas e coisas profanas; 2) a rejeição da epíclese implicaria na completa separação entre espírito e matéria, que a Eucaristia proclama a reconciliação.

A pergunta final que ele deixa é: qual o esclarecimento as Escrituras para a nossa compreensão dos dons materiais como veículos de bênção? Abençoar, santificar, implica necessariamente, na mudança objetiva dos elementos? Ou pela presença e poder do Espírito Santo tornam-se veículos da graça? E, se a epíclese é instrumental na seção da súplica, na oração eucarística, que expressão deve receber o Pentecostes e a função contínua do Espírito Santo na Igreja e nos prefácios e noutras partes da Liturgia? Em síntese, a apresentação de Kennedy implica em ressaltar que não há "momentos" de consagração -



nem a epíclese nem a narrativa da Instituição são momentos de consagração, segundo ele.

Narrativas da Instituição e suas funções

O trabalho de W. Crockett tratou da Consagração eucarística, a função da narrativa da Instituição e a consagração suplementária. Baseando-se nas pesquisas mais recentes da oração eucarística, ele propôs o exame das noções herdadas de consagração eucarística da função da narrativa da Instituição e da oração de consagração suplementária, isto é, quando faltar os elementos na comunhão.

Qual é a função da narrativa da Instituição? Para responder a essa questão, Crockett recorre aos estudos de Thomas Talley e outros sobre a história da Oração Eucarística. Sabe-se que a matriz dessa oração está na bênção e ação de graças da mesa judaica: ação de graças pela redenção, e súplica. As orações cristãs mais antigas mostram a estrutura ação-de-graças/súplica em relação com a escatologia. Na oração de Hipólito, houve expansão na parte que se refere à ação de graças com a inclusão da narrativa da instituição. A parte da súplica vem depois da anamnésis. Isto significa que a narrativa faz parte da ação de graças proclamativa, último item de ação de graças. A ação de graças equívale à segunda cláusula do Credo, isto é, seção cristológica na forma de ação de graças voltada para Deus. É expansão porque não havia na oração Addai e Mari, na de Jerusalém, nem no Didaquê.

Qual a função da narrativa no anglicanismo do século XVIII? Pelo condicionamento histórico, principalmente da Idade Média, a narrativa teve a função consagratória. Porém, o conceito da consagração significou a separação dos elementos para o seu uso santo ou fins sacramentais, e não a transformação.

Com as pesquisas recentes, ficou mais claro que a narrativa faz parte da ação de graças proclamatória e fundamento cristológico da oração, isto é, da estrutura. Jesus tomou o pão (a preparação), deu graças (a anáfora), partiu (fração) e o distribuiu (comunhão).

Diante disso, qual seria a oração consagratória quando faltar os elementos? Esta é uma questão tipicamente anglicana, porque fora de nossa Comunhão, não há essa prática. São questões que as futuras revisões terão de solucionar. Na verdade, essas questões estavam implícitas nas revisões iniciadas em 1549. Uma outra verdade é que as reformas na área litúrgica são



mais morosas do que na área teológica. Na liturgia há gestos simbólicos e outras ações e palavras que ficam arraigadas na vida e se associam com emoções.

Gestos simbólicos

É isso que ocorre com a cerimônia e gestos simbólicos na Liturgia eucarística. As pesquisas e as reflexões teológicas têm mostrado que a Oração Eucarística é unitária e não há, nela, "momentos" de consagração. Por isso, as orações eucarísticas revisadas não trazem as rubricas dizendo "aqui tomar a patena, aqui tomar o cálice". Assim, baseado nas pesquisas de Talley e de outros, David Holeyton levanta a questão da postura e gestos.

Tudo indica que na Igreja Primitiva ou antiga, a postura de estar de pé nas orações e de joelhos na penitência eram usuais e comuns. A posição de pé indica a liberdade dos filhos e filhas de Deus, o trabalho de louvor. É claro que há elementos culturais em tudo isso. Na época de Jesus, a condição de liberdade dos filhos no Império Romano era indicada por sentar-se reclinado, como faziam os senhores.

A questão que David Holeyton levanta diz respeito aos gestos dos que presidem a Eucaristia na oração eucarística. Se diz uma coisa nas pesquisas e nas reflexões teológicas, mas age-se simbolicamente de outro modo. Tudo isto é matéria de agenda futura.

Relacionado a essa questão simbólica, Ruth Meyers levanta o problema do uso de partículas sem a forma, cheiro e gosto de pão, e mais de um cálice. O símbolo de um só pão partido e um só cálice é enfraquecido como se faz nas celebrações quando são numerosos os comungantes. É claro que surgem dificuldades de ordem simbólica quando a Ceia do Senhor, que surgiu de um pequenino grupo, passa a ser uma celebração num contexto muito maior do que se imaginava. De alguma forma, é preciso preservar o senso de um só pão e um só cálice, ao menos em nível simbólico. Paul Gibson levanta o problema em relação à celebração feita numa Convenção Geral da Igreja nos Estados Unidos, quando houve tantas mesas com o pão e cálice tendo um bispo ou presidente segurando o pão, e o cálice acompanhando a oração feita pelo Bispo Presidente.

É claro que uma celebração com quase três mil pessoas difere muito de uma celebração com trezentas pessoas ou menos. Mas é possível celebrar com



uma patena e um cálice, e depois distribuir em mais de um só cálice, para dar o senso simbólico de que participamos de um só pão e um só cálice.

Entre outros assuntos tratados na Consulta Internacional, destaca-se o problema da mesa aberta e o ecumenismo. Para nós aqui no Brasil, todos os batizados em nome da Trindade e com água são bem-vindos. Também não há problemas para os anglicanos comungarem nas igrejas onde se confessa a fé conforme as Escrituras e os Credos.

Em relação aos membros de outras igrejas, expressamos a verdade de que a mesa é do Senhor. Por isso, todos os batizados são bem-vindos. Por outro lado, reconhecemos a disciplina de outras Igrejas. Por isso, não fazemos questão de que outros comunguem conosco, mas são sempre bem-vindos quando livremente desejarem comungar conosco. Tudo isto depende muito do *ethos* de cada povo. Uns são mais formais e outros são mais informais. Também onde os parentes são de tradições eclesiais diferentes, a questão da mesa separada infringe dor.

Já os anglicanos e luteranos em nível internacional experimentaram a celebração conjunta e elaboraram diretrizes aprovadas pelas duas Comunhões sobre a celebração conjunta da Eucaristia.

Outra questão tratada foi a do Ministério e a Eucaristia. Paul Bradshaw e John Gibson classificam os ministros da celebração em os(as) que podem presidir e os(as) que podem ministrar. Todos exercem o ministério em favor de toda comunidade. Dentro dessa classificação, há aqueles que exercem puramente em favor de todos, como por exemplo, os que apresentam as oferendas do povo e aqueles que coletam as ofertas. Também há aqueles cujas funções em favor de todos estão associadas com dons particulares, como por exemplo, cantores, músicos, leitores e recepcionistas.

Há outro ponto interessante que os autores levantam. Trata-se da vida cristã eclesial e o ministério na liturgia. É claro que isto sugere a relação entre a ética e a eucaristia, mas os autores tratam da participação na liturgia. Eles questionam o ministério daqueles que aparecem apenas para a leitura ou outra atividade. Quando não há essa função, não aparecem. São problemas que as Igrejas enfrentam, cuja solução requer muitos anos de preparação contínua da própria Paróquia ou Missão.



É função do bispo diocesano supervisionar o ministério pastoral e litúrgico na sua diocese. Os presbíteros em comunhão com seu bispo supervisionam o mesmo na esfera onde estão encarregados. A supervisão implica na delegação de funções. Onde há mais que um presbítero, é possível e desejável o colegiado. O colegiado não significa que todos presidam, por exemplo, a celebração quando todos estão em torno da Mesa ou Altar. A concelebração se desenvolveu onde a celebração diária é obrigatória ou havia, no caso dos Estados Unidos, no Seminário de Nashota House, a celebração individual dos professores, diariamente. Boone Porter disse, certa vez, que ele contribuiu para terminar com essa celebração individual colocando todos os presbíteros para celebrar juntos. Essa foi a maneira de passar das celebrações individualistas para comunitárias. Ele dizia que o segundo passo é estar juntos na celebração sem a necessidade de fazer os mesmos gestos de quem a preside. Isto foi dito numa conversa comigo na Conferência do Havaí, por volta de 1985.

Na área da inculturação e liturgia, foi exposta a questão do uso exclusivo do pão e vinho originários da cultura do Mediterrâneo. Jesus, ao instituir o seu memorial, recorreu à tradição da adoração familiar em contraste com o culto no Templo com sacrifícios de animais. O antigo símbolo do êxodo foi revestido com o novo sentido do êxodo de toda a humanidade, estreitamente vinculado à sua pessoa e missão. Esse gesto de Jesus encetou a inculturação.

Juan Quevedo-Borsch, do Seminário de Porto Rico, observa que o uso do pão e do vinho não é apenas mais antigo, mas também o mais persistente através de todas as mudanças pelas quais a celebração eucarística tem passado. E isso deve ser levado a sério. A inculturação implica em mergulhar na cultura e confrontar-se com o que não se coaduna com o Evangelho. Por exemplo, as expressões culturais machistas e racistas não podem ser adotadas na liturgia. Há vozes que clamam no sentido de que, para expressar a relação significativa entre os frutos da terra e a oferenda eucarística, é bom adotar a comida típica do país ou da região.

Assim, Juan classificou as questões em quatro pontos:

- a) Como resolvemos a tensão entre a integridade do Evangelho e a necessidade sua encarnação nas culturas que diferem da cultura mediterrânea onde primeiro o Evangelho se inculturou?
- b) Como podemos evitar o retrocesso principal da inculturação, desviando o sentido dos símbolos na direção, por vezes, estranha ao significado original?



c) Como o uso de outros alimentos como elementos eucarísticos desafia a catolicidade da igreja, que já é avaliada por outras questões, talvez mais prementes?

d) Qual é o sentido do pão e do vinho numa dada cultura? São sinais da presença de Cristo entre os cristãos, que são membros dessa determinada cultura? Até que ponto a igreja entendeu que faz parte da compreensão do Evangelho, ser parte da cultura mediterrânea?

Não há respostas universalmente válidas para esses problemas, mas certas fronteiras devem ser estabelecidas. É preciso levar em consideração as preocupações pastorais. A integridade cultural deve ser respeitada. A tradição deve ser consultada, e a catolicidade, preservada.